



Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **1. Breve histórico da Companhia:** A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MWh contratados com a "Controladora" Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre - ACL. A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação		Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
	Início da operação comercial	comercial conforme contrato de concessão			
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 145,5 MW médios. **2. Governança corporativa:** A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; e, (iii) Diretor Técnico. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação do conselho fiscal pelos acionistas.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	(Em milhares de reais)		Passivo	Nota	(Em milhares de reais)	
		31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
Circulante		109.221	93.400	Circulante		114.115	94.970
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.721	9.285	Fornecedores	12	14.543	15.337
Investimentos de curto prazo	5	71.939	35.542	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	82.922	57.450
Contas a receber de clientes	7	22.431	44.597	Arrendamentos	17.1	238	222
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	1.689	1.481	Salários e férias a pagar		731	528
Despesas pagas antecipadamente	8	2.374	2.455	Tributos e contribuições sociais a recolher	9	4.803	5.613
Outros ativos		67	40	Dividendos declarados	17.1	6.328	7.376
Não circulante		1.402.422	1.431.708	Uso do bem público	11	1.909	1.566
Títulos e valores mobiliários	6	60.512	47.322	Provisão para gastos ambientais		-	55
Despesas pagas antecipadamente	8	6.655	7.922	Provisão para constituição de ativos	14	153	2.730
Depósitos judiciais		17	56	Encargos setoriais		2.430	3.593
Outros ativos		-	1.558	Credores diversos		58	500
Imobilizado	10	1.309.529	1.348.087	Não circulante		430.190	490.552
Intangível	11	25.709	26.763	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	405.202	468.621
				Arrendamentos	17.1	992	1.900
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	5.124	4.371
				Uso do bem público	11	16.230	15.640
				Provisão para constituição de ativos	14	2.577	-
				Provisão para gastos ambientais		48	-
				Provisão para contingências	15	17	20
				Patrimônio líquido		967.338	939.586
				Capital social	18.1	818.858	818.858
				Reserva de lucros		148.480	120.728
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.511.643	1.525.108
Total do ativo		1.511.643	1.525.108				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	(Em milhares de reais)		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		31/12/2022	31/12/2021		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		818.858	7.335	80.678	911.438
Lucro líquido do exercício		-	-	35.524	35.524
Reserva legal		-	1.776	(1.776)	-
Reserva para incentivo fiscal		-	-	(4.242)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	(7.376)	(7.376)
Reservas de lucros		-	-	22.130	(22.130)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		818.858	9.111	102.808	939.586
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Reserva legal		-	1.704	(1.704)	-
Reserva para incentivo fiscal		-	-	(7.065)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	(6.328)	(6.328)
Reservas de lucros		-	-	18.983	(18.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		818.858	10.815	121.791	967.338

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)		Nota	31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021			
Receita operacional líquida	20	188.840	242.004			
Custos operacionais	21	(97.473)	(127.030)			
Energia elétrica comprada para venda		(11.222)	(63.970)			
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão		-	17.410			
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(24.052)	(21.438)			
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.674)	(6.625)			
Outros custos operacionais		(16.296)	(13.603)			
Depreciação e amortização	10 e 11	(38.861)	(38.430)			
Uso do bem público - UBP	11	(368)	(374)			
Lucro bruto		91.367	114.974			
Despesas (receitas) operacionais	21	(4.962)	(2.130)			
Administrativas e gerais		(4.206)	(2.367)			

3. Desempenho econômico-financeiro: (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021	Variação %
Receita operacional bruta	210.763	268.739	-21,6%
(-) Deduções da receita operacional	(21.923)	(26.735)	-18,0%
Receita operacional líquida	188.840	242.004	-22,0%
(-) Custos operacionais	(97.473)	(127.030)	-23,3%
Lucro bruto	91.367	114.974	-20,5%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.962)	(2.130)	133,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(47.108)	(69.020)	-31,7%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	39.297	43.824	-10,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.464)	(1.846)	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(753)	(6.454)	-88,3%
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524	-4,1%
Ativo total	1.511.643	1.525.108	-0,9%
Investimentos (*)	1.335.238	1.374.850	-2,9%

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível.

Comentários relevantes: A Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 188.840 no exercício de 2022, em comparação a R\$ 242.004 no exercício de 2021. A redução de 22,0% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE). Os custos operacionais do exercício de 31 de dezembro de 2022 apresentam redução de 23,3% se comparado com o exercício de 2021, justificada pela redução na compra de energia elétrica para venda. As despesas/receitas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram aumento de 133,0% quando comparado com o exercício de 2021, justificada principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros. O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram uma redução de 31,7% se comparado ao exercício de 2021, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos e debêntures. A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social - LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão. Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A., ser uma "SPE" sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas. Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures. **EBITDA** - (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
(+) Resultado financeiro	47.108	69.020
(+) Depreciação e amortização (*)	39.575	39.304
(+) IR/CS correntes	4.464	1.846
(+) IR/CS diferidos	753	6.454
(=) EBITDA	125.980	152.148

(*) Valor comp osto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP - Uso do Bem Público.

Endividamento: (Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(82.922)	(57.450)
Não circulante	(405.202)	(468.621)
Dívida total	(488.124)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.172	92.149
Dívida líquida	(344.952)	(433.922)
Patrimônio líquido	967.338	939.586
Índice de endividamento líquido	0,36	0,46

4. Capital humano: Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 27 colaboradores. **5. Responsabilidade sócio ambiental:** A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistentes sobre o meio ambiente da região: • Plano de Resgate de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Monitoramento de Invertebrados Aquáticos; • Monitoramento de Macrófitas Aquáticas; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes; • Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; • Programa de Monitoramento da Fauna; e, • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina: • Plano de Investimento Social; • Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos; • Programa de Incentivo à Pesquisa; • Programa de Educação Ambiental; e, • Programa de Comunicação Social. **6. Auditoria Independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023. **Mensagem final:** Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	(Em milhares de reais)	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		39.297	43.824
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	39.575	39.304
Repactuação do risco hidrológico	21	1.267	1.268
Encargos de dívidas	13.b	58.028	68.942
Encargos de dívidas arrendamentos		117	127
Atualização monetária - Uso do bem público	11	2.736	3.494
Outras variações monetárias líquidas		3.110	22
Descontos financeiros obtidos		(13)	(5)
Receita de aplicações financeiras		(14.287)	(4.294)
Baixa de ativo imobilizado	10	295	12
Extensão da concessão	11	-	(17.410)
Ingressos e reversões de provisões para contingências	15	(3)	(193)
Impostos sobre sobre aplicações financeiras		-	-
Baixa depósitos judiciais		39	256
		130.161	135.347
Redução (aumento) no ativo		22.166	(15.935)
Contas a receber de clientes		(208)	457
Tributos e contribuições sociais a compensar		(22)	12
Adiantamentos a fornecedores		(1.186)	(121)
Despesas pagas antecipadamente		1.558	239
Outros ativos circulantes e não circulantes		22.308	(15.348)
Redução no passivo			
Fornecedores		(781)	(1.148)
Partes relacionadas		(117)	-
Encargos setoriais		(2.966)	(958)
Salários, férias a pagar		203	(6)
Provisão para compensação ambiental		(7)	(433)
Provisão para constituição de ativos		-	(495)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(595)	927
Outros passivos circulantes e não circulantes		(325)	(1.460)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(4.588)	(3.373)
		(4.464)	(1.334)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		143.417	115.092
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em investimentos de curto prazo		148.366	204.426
Aplicações em investimentos de curto prazo		(177.122)	(174.011)
Resgates em títulos e valores mobiliários		10.742	4.780
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(19.347)	(15.553)
Adições no imobilizado	10	(913)	(3.130)
Adições no intangível	11	(10)	(388)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos			

→ continuação

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				Valor adicionado recebido em transferência			
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	20	210.762	268.739	Receita financeira	15.039	4.368	
Outras receitas		304	1.094	Valor adicionado a distribuir	129.788	147.593	
		211.066	269.833	Distribuição do valor adicionado			
(-) Insumos adquiridos de terceiros				Pessoal			
Energia elétrica comprada para revenda		(11.222)	(46.560)	Remuneração direta	2.216	1.784	
Encargos do uso da rede elétrica		(24.052)	(21.438)	Benefícios	748	651	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(6.674)	(6.625)	Auxílio Alimentação	358	296	
Serviços de terceiros		(9.631)	(6.728)	Assistência médica e odontológica	384	357	
Materiais		(1.163)	(1.274)	Previdência Privada	2	(6)	
Outros custos operacionais		(4.000)	(4.679)	Outros	4	4	
		(56.742)	(87.304)	FGTS	176	128	
					3.140	2.563	
(-) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	10 e 11	(39.575)	(39.304)	Impostos, taxas e contribuições			
				Federais			
				INSS	507	436	
				Encargos setoriais - P&D e TFSEE	2.683	3.187	

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.464	1.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos		753	6.454
PIS e COFINS		19.953	23.803
Outros impostos e taxas		2.264	300
		30.624	36.026

Remuneração de capitais de terceiros

Juros s/empréstimos, financiamentos e debêntures	58.028	68.942
Juros s/arrendamentos	117	127
Aluguéis	509	347
Outras despesas financeiras	3.290	4.064
	61.944	73.480

Remuneração de capitais próprios

Dividendos	6.328	7.376
Reserva de Lucros	27.752	28.141
	34.080	35.522

Valor Adicionado Distribuído

	129.788	147.593
--	----------------	----------------

resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.5 Intangível:** Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 12, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custos - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047. **3.6 Tributação: Tributos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e, • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; • Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e, • Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 sendo alíquotas de 25% para imposto de renda, e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa média considerando o período do benefício fiscal Sudam.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D: Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.9 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: a) Suprimento de energia - ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 136,64 (R\$ 124,39 em 2021) MW/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e Suprimento de energia - ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio, equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 229,56 (R\$ 209,70 em 2021) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015. II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.10 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. **3.12 Informações por segmento:** A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional. **3.13 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis: • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16). **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); • Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12). A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

continua →

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes", "FGE" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME - UHE Ferreira Gomes ("Contrato de Concessão"), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório

"Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES

Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de

novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo

MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria,

os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a

Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser

de 145,5 MW médios. **Impactos da COVID-19:** A Companhia apresenta receita

previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo

regulatório do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não

depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta

forma, a Administração da Companhia não considera que exista risco de realização de

seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da

COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em relação aos

investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a

Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações

em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil

conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data

de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos

significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou

alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela

Companhia. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:**

A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada

em Declaração de Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023. **Declaração de**

conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos,

Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC),

aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting

Standards Board - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA,

preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida

pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As

IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas

IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem

prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Todas as informações relevantes

próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e

correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de**

preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas

utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos

ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor

justo. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o

Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas

em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente

econômico primário de suas operações. **Uso de estimativas e julgamentos:** A

preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos,

estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem

divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e

premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a

redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para

determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de

constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e

premissas que podem representar risco com probabilidade de resultar em ajustes às

demonstrações contábeis futuras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

• Nota 7 - Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de

comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia

Elétrica ("CCEE"); • Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de

provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação

da probabilidade de perda. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As

políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira

consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo

indicação ao contrário. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e**

mensuração inicial: O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na

data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são

reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições

contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente

mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo

através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua

aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente

significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo

financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo

através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento

inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos

financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no

primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições

a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos

financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, • seus termos contratuais

geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento

de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não

classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados

como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma

irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser

mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir

significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos**

financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação

do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira

porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações

consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o

funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a

estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a

manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a

duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas

esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

• como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos

que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido

naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é

baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos

anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As

transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam

para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Remuneração		
	21/12/2022 e 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo fixo	-	7	4
Banco conta movimento	10.714	7.555	7.555
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	1.726
		<u>10.721</u>	<u>9.285</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em 31 de dezembro de 2022 referem-se à aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. **5. Investimentos de curto prazo:**

	Remuneração média		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Fundo de Investimento - FI Energia	99,07% do CDI	98,85% do CDI	3.997
Fundo de Investimento - STA	102,06% do CDI	100,06% do CDI	31.545
		<u>71.939</u>	<u>35.542</u>

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6. Títulos e valores mobiliários:**

	Remuneração média		
	Instituição	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação pós fixada	BNDES	99,81%	98,96%
		do CDI	do CDI
Aplicação pós fixada	Debêntures	99,81%	98,96%
		do CDI	do CDI
		<u>48.746</u>	<u>31.144</u>
		<u>60.512</u>	<u>47.322</u>

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para

10. Imobilizado: O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferências	Outros*	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Terenos	0,00%	16.708	659	245	-	-	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	90	-	-	-	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,40%	140.646	-	-	-	(284)	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.133	92	-	-	-	605.225
Veículos	0,00%	10	-	-	-	-	10
Móveis e utensílios	6,13%	2.441	72	-	-	-	2.513
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	3.045	-	-	(665)	-	2.380
Total do imobilizado em serviço		1.613.720	913	245	(665)	(284)	1.613.929
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, barragens e adutoras		(128.026)	(18.075)	-	-	-	(146.101)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(24.407)	(3.439)	-	-	70	(27.776)
Máquinas e equipamentos		(114.540)	(16.644)	-	-	-	(131.184)
Veículos		(9)	(1)	-	-	-	(10)
Móveis e utensílios		(1.070)	(154)	-	-	-	(1.224)
Direito de uso sobre arrendamento		(990)	(268)	-	-	-	(1.258)
Total da depreciação acumulada		(269.042)	(38.581)	-	-	70	(307.553)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.344.678	(37.668)	245	(665)	(214)	1.306.376
Imobilizado em curso							
Adiantamento a fornecedores		1.087	-	-	-	-	1.087
Depósitos judiciais		2.322	-	(245)	-	(11)	2.066
Total do ativo imobilizado em curso		3.409	-	(245)	-	(11)	3.153
Total do imobilizado		1.348.087	(37.668)	-	(665)	(225)	1.309.529

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e de fornecedores. Em 2022 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultam em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros para a Companhia, de forma a estimar o valor em uso frente ao seu valor atual contábil. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso são: - Receita: atualização dos preços com base na projeção dos índices contratuais aplicáveis, e/ou com base em parâmetros macroeconômicos divulgados de forma pública no mercado; e alocação da garantia física não negociada em contratos bilaterais como mercado livre; - Alíquotas de tributos diretos: a Companhia considerou no período que se esperam que sejam aplicáveis os efeitos do benefício fiscal da SUDAM sobre o fluxo de caixa livre e a taxa de desconto até 2026 respeitando seu prazo de validade; - Valor residual: perpetuidade não é aplicável, somente o valor residual do ativo imobilizado, haja visto que o ativo possui vida útil definida, alinhado ao contrato de concessão. O fluxo de caixa livre foi projetado de forma nominal, até o final da concessão (2047) e a taxa de desconto média utilizada, em termos nominais, foi de 9,19%. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos. **11. Intangível:**

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	0,97%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão (ii)	3,05%	17.410	-	17.410
Software	3,89%	825	-	825
Outros intangíveis	3,89%	957	-	957
Total intangível em serviço		31.251	-	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público (i)		(2.685)	(367)	(3.052)
Extensão da concessão		(113)	(678)	(791)
Software		(746)	(19)	(765)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(4.501)	(1.064)	(5.565)
Intangível em curso				
Software		13	10	23
Total do ativo Intangível em curso		13	10	23
Total do intangível		26.763	(1.054)	25.709

(i) **Passivo relacionado ao Uso do bem público:** O montante registrado como "Uso do bem público" refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doce avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	1.566	-	(1.803)	2.146	1.909
Passivo não circulante	15.640	2.736	-	(2.146)	16.230
	<u>17.206</u>				<u>18.139</u>

(ii) **Extensão da concessão:** Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição. Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão prazo de outorga (dias)	Valor (R\$ mil)
584	17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 05 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

12. Fornecedores:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		2.350	2.083
Materiais e serviços		11.307	11.612
Ajuste negativo CCEE		886	1.642
Total		14.543	15.337

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de "forfait".

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos de dívidas	Principal	Total
Moeda nacional - circulante						
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.424	696	24.120	23.252
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	-	-	7.705	26
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	204	5	209	191
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	59.261	891	60.152	26.197
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)
Total			81.330	1.592	82.922	55.786
Moeda nacional - não circulante						
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	171.774	-	171.774	193.762
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.498	-	1.498	1.594
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	238.956	-	238.956	281.849
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(7.026)	-	(7.026)	(8.584)
Total			405.202	-	405.202	468.621
Total geral			486.532	1.592	488.124	524.407

conta O&M e serviço da dívida e, também, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabeleceu que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itaú.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
7. Contas a receber de clientes:			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		15.062	13.663
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	7.197	28.859
Ajuste positivo CCEE		172	2.075
		<u>22.431</u>	<u>44.597</u>

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre (com Alupar), são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado. Os valores da rubrica "Ajuste positivo CCEE" referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

	31/12/2022	31/12/2021
8. Despesas pagas antecipadamente:		
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	163	142
Prêmio de seguros - risco operacional	943	1.045
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	<u>2.374</u>	<u>2.455</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	6.655	7.922
	<u>6.655</u>	<u>7.922</u>
	<u>9.029</u>	<u>10.377</u>

BNDES: Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente. Em 24 junho de 2022 a Companhia recebeu R\$ 102 referente ao saldo remanescente do sub-crédito "E" do contrato nº 12.213.901/068 junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas: **Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A.:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a: (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão; (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia; (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.; (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica. **Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:** Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A. **3ª emissão de debêntures:** Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais), em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1 e os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar: • Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e, • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2021	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2022
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	217.727	-	18.279	(23.313)	(16.799)	195.894
BNDES - Subcrédito D	7.731	-	96	(7.705)	(122)	-
BNDES - Subcrédito E	1.790	102	116	(196)	(103)	1.709
3ª emissão de debêntures	308.967	-	37.979	(27.608)	(20.231)	299.107
(-) custo de captação - a amortizar	(10.144)	-	1.558	-	-	(8.586)
Total	526.071	102	58.028	(58.822)	(37.255)	488.124
Saldo Inicial 31/12/2020	526.071	102	58.028	(58.822)	(37.255)	488.124

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	88.701	78.378	81.628	85.069	23.705	54.747	412.228
(-) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.561)	(240)	(548)	(7.026)
	87.142	76.819	80.069	83.508	23.465	54.199	405.202

c. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após
--	------	------	------	------	------	------

→ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

de R\$ 96.140 (R\$ 81.004 em 31 de dezembro 2021). Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. **Auto de Infração Ambiental nº 016154**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 15.773 (R\$ 13.290 em 31 de dezembro de 2021). **Auto de Infração Ambiental nº 16158**, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.760 (R\$ 5.695 em 31 de dezembro de 2021). **Auto de Infração Ambiental nº 41971**, lavrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a Companhia, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.146. **"Ações JEC - Evento "apagão 2020"**: Tratam-se de 2.395 ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Imposto de renda diferido	854	(496)	358	(358)	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	13	13	(13)	-
	854	(483)	371	(371)	-
Base negativa acumulada	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Contribuição social diferida	1.229	(715)	514	(514)	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	19	19	(19)	-
	1.229	(696)	533	(533)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	2.083	(1.179)	904	(904)	-
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido - extensão da concessão	-	(3.718)	(3.718)	163	(3.555)
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	-	-	(30)	(30)
Contribuição social diferida - extensão da concessão	-	(1.557)	(1.557)	61	(1.496)
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	-	-	(43)	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	-	(5.275)	(5.275)	151	(5.124)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.083	(6.454)	(4.371)	(753)	(5.124)

(i) **Ativo:** O Saldo em 31 de dezembro de 2021 era composto por prejuízos fiscais acumulados, cujo saldo foi utilizado no exercício de 2022. (ii) **Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente. A estimativa das parcelas de realização do passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	145	2.975	3.555
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.252	1.496

17. Partes relacionadas: 17.1 Transações com partes relacionadas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	7.197	28.859
Passivo circulante - partes relacionadas			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		6.328	7.376
Fornecedores - AF Energia S.A.		327	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		238	222
		6.893	7.598
Passivo não circulante - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		992	1.900

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas. As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordadas entre as partes. A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

17.2 Garantias: As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
				Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	197.601
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1					
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	299.108
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	23/06/2023	3.351	3.895

17.3 Remuneração da alta administração: De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 21 de abril de 2022, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 42 para o exercício social de 2022, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2022.

18. Patrimônio líquido: 18.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Quantidades de ações ordinárias integralizadas	807.080.528	807.080.528
Alupar Investimento S.A.	1	1
AF Energia S.A.	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros: a. Reserva legal: 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$10.815 em 31 de dezembro de 2022 e R\$9.111 em 31 de dezembro de 2021. **b. Reserva especial para incentivos fiscais:** Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R\$15.874 em 31 de dezembro de 2022 e R\$8.809 em 31 de dezembro de 2021. **c. Lucros retidos:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$121.791 em 31 de dezembro de 2022 e R\$102.808 em 31 de dezembro de 2021. **d. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
Reserva legal	(1.704)	(1.776)
Subtotal	32.376	33.748
Reserva para incentivo fiscal	(7.065)	(4.242)
Dividendo mínimo obrigatório	(6.328)	(7.376)
Reserva de lucros retidos	(18.983)	(22.130)
Saldo de lucros do exercício	-	-
Dividendo por ação	0,0078	0,0091

19. Lucro por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0422	0,0440

Energia Elétrica - ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no "apagão" ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$ 73.377. (iii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R\$ 878 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2021), com natureza de risco possível de perda. (iv) **Demandas Penais:** atualmente existem sete processos de natureza penal, (cinco em 31 de dezembro de 2021), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. (v) **Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2021), R\$ 31 em 31 de dezembro de 2021 valendo mencionar o seguinte: **Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400**: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético.

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Imposto de renda diferido	854	(496)	358	(358)	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	13	13	(13)	-
	854	(483)	371	(371)	-
Base negativa acumulada	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Contribuição social diferida	1.229	(715)	514	(514)	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	19	19	(19)	-
	1.229	(696)	533	(533)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	2.083	(1.179)	904	(904)	-
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido - extensão da concessão	-	(3.718)	(3.718)	163	(3.555)
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	-	-	(30)	(30)
Contribuição social diferida - extensão da concessão	-	(1.557)	(1.557)	61	(1.496)
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	-	-	(43)	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	-	(5.275)	(5.275)	151	(5.124)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.083	(6.454)	(4.371)	(753)	(5.124)

(i) **Ativo:** O Saldo em 31 de dezembro de 2021 era composto por prejuízos fiscais acumulados, cujo saldo foi utilizado no exercício de 2022. (ii) **Passivo:** Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujo valores são amortizados mensalmente. A estimativa das parcelas de realização do passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	145	2.975	3.555
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.252	1.496

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita - partes relacionadas			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	80.236	104.255
Custo - partes relacionadas			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(7.029)	(55.767)
Serviços Tomados - AF Energia S.A. (*)	21	(3.982)	(3.628)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(1.747)	(1.425)
Juros s/arrendamentos - Alupar Investimento S.A./AF Energia S.A.		(11.875)	(127)
		(12.875)	(60.947)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		125.678	114.418
Suprimento de energia - ambiente livre		269	26.662
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	80.236	104.255
Ajuste positivo CCEE		4.580	23.404
		210.763	268.739
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.433)	(4.200)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(15.807)	(19.348)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.822)	(1.884)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(861)	(1.303)
		(21.923)	(26.735)
		188.840	242.004

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida			
Suprimento de energia - ambiente regulado		125.678	114.418
Suprimento de energia - ambiente livre		269	26.662
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	80.236	104.255
Ajuste positivo CCEE		4.580	23.404
		210.763	268.739
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.433)	(4.200)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(15.807)	(19.348)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.822)	(1.884)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(861)	(1.303)
		(21.923)	(26.735)
		188.840	242.004

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida		
Custos operacionais	210.763	268.739
Despesas operacionais	(21.923)	(26.735)
	188.840	242.004

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Custos não gerenciáveis			
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(24.052)	-	(21.438)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(6.674)	-	(6.625)
Utilização do Bem Público - UBP	11	(368)	(374)
		(31.094)	(28.437)
Custos gerenciáveis			
Doações, contribuições e subvenções	(408)	(280)	(188)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.193)	-	(8.203)
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(7.029)	-
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	-	-	17.410
Seguros	(1.620)	(12)	(2.631)
Repactuação do risco hidrológico	(1.268)	-	(1.268)
Aluguéis	(356)	(153)	(247)
Pessoal	(2.933)	(638)	(2.642)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(76)	-
Material	(652)	(511)	(637)
Serviços de terceiros	(2.883)	(2.766)	(1.888)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(3.982)	-
Estorno de provisão para contingências	2	-	194
Outros tributos e taxas	(2.149)	(116)	(101)
Outras despesas	23	(368)	(567)
Outras receitas	-	304	-
		(27.448)	(46.166)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(38.931)	(346)
		(38.931)	(346)
		(97.473)	(127.030)

	31/12/2022	31/12/2021
Total	(97.473)	(127.030)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
22. Resultado financeiro:			
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		1	

→ continuação

Ferreira Gomes Energia S.A. - CNPJ nº 12.489.315/0001-23**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos, em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. **Risco de Descontratação:** Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição. Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.881	1.333	9.329	-	-	14.543
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.161	76.761	87.142	240.398	77.662	488.124
Uso do bem público - UBP	477	1.432	1.909	5.726	8.595	18.139
Total	10.519	79.526	98.380	246.124	86.257	520.806

Gestão de capital: A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

A Diretoria**Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes**

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. **Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, V da Instrução CVM 480/09**
Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. **Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09**
Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Ferreira Gomes Energia S.A.** - São Paulo – SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado da Companhia monta a R\$ 1.309.529 mil, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao

Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	(82.922)	(57.450)
Não circulante	(405.202)	(468.621)
Dívida total	(488.124)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.172	92.149
Dívida líquida	(344.952)	(433.922)
Patrimônio líquido	967.338	939.586
Índice de endividamento líquido	0,36	0,46

25. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 743 e R\$ 648 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. **26. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.528.636	2.037	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de Riscos Patrimoniais	2.430	27	18/06/2023
Total	2.231.066	2.370	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A diretoria

Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A diretoria

fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023



Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O
Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>